

Saída para regra de ouro é 'grave precedente', dizem técnicos

Por Fábio Pupo e Vandson Lima
| De Brasília

Técnicos das consultorias de orçamento do Congresso Nacional criticaram a proposta do governo para cumprir a "regra de ouro" das contas públicas em 2019. A medida "abriria grave precedente", provocando insegurança jurídica e enfraquecendo o arcabouço legal das finanças públicas. Mesmo assim, eles reconhecem não haver uma alternativa fácil para atender a norma constitucional.

A análise está em nota técnica elaborada conjuntamente pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf, do Senado Federal) e pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof, da Câmara dos Deputados). Os técnicos chegaram a propor ações para o cumprimento da regra, mas admitem que pode acabar sendo necessário alterar a Constituição.

A regra de ouro veda operações

de crédito (endividamento público) em montante superior ao total das despesas de capital (como investimentos). A exceção é quando o valor for autorizado por meio de créditos adicionais, aprovados pelo Congresso.

O governo buscou uma saída ao inserir, no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), um artigo prevendo créditos adicionais no Orçamento. Mas os técnicos contestam. Para eles, as peças orçamentárias devem vir com a regra de ouro equacionada (operações de crédito iguais ou abaixo das despesas de capital) e os créditos adicionais só podem ser requeridos durante a execução do Orçamento - ou seja, no ano que vem.

No entanto, o governo viu dificuldades para enviar ao Congresso um Orçamento de 2019 com a regra de ouro equacionada e, por isso, propôs uma solução já na PLDO. Para os técnicos, o governo busca um aval do Congresso para que o Orçamento desobedeça a

regra de ouro. Segundo eles, o artigo 21 da PLDO - que prevê os créditos especiais no Orçamento - pode ser contestado no Supremo Tribunal Federal.

Os técnicos mencionam ainda como fator de "instabilidade política" o fato o governo jogar para o próximo presidente da República a responsabilidade de buscar no Congresso a aprovação dos créditos especiais.

Entre as críticas, os técnicos ainda mencionam a falta de transparência para o cálculo dos anunciados R\$ 254,3 bilhões de "estouro" para o cumprimento da regra no ano que vem. "Não constam, na exposição de motivos que acompanha o PLDO 2019 ou em outro documento ao qual estas Consultorias tenham tido acesso, nem a metodologia de apuração e nem a memória de cálculo do referido montante", dizem os técnicos.

Além disso, argumentam, o número exato da insuficiência para cumprir a regra de ouro em 2019 não





está presente na PLDO - apenas em uma apresentação de Power Point feita pela equipe econômica sobre a proposta. Sem o montante no texto, dizem os técnicos, o governo ganharia do Congresso uma "carta branca" para buscar o quanto quiser em créditos adicionais no ano que vem.

Os consultores sugerem uma série de alternativas ao governo, como elevar receitas correntes e corrigir eventuais erros na classificação econômica dessas despesas. Mas, apesar das críticas, eles reconhecem que, caso as ações sugeridas não tenham êxito, "não se identifica, dentro do presente ordenamento jurídico, alternativa incontestável" para o Orçamento.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou em audiência ontem que a proposta

criada pelo governo para a regra foi "exaustivamente" debatida com órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e com técnicos do Congresso. Mesmo assim, ele disse que a equipe econômica está disposta a discutir alternativas. "Estamos abertos a construir outros caminhos", disse.

De acordo com o Tesouro Nacional, a insuficiência para cumprir a regra de ouro decorre dos sucessivos déficits registrados pelo país desde 2014. Colnago disse que é possível reverter os resultados primários negativos a partir de 2024 por causa da limitação do teto de gastos. Mesmo assim, afirmou que o próximo governo deve buscar reformas como a da Previdência e de gastos de pessoal para equilibrar as contas públicas.

Mínimo sobe menos com INPC menor

Por Fábio Pupo | De Brasília

O salário mínimo pode ficar menor que o esperado no ano que vem. Técnicos das consultorias de orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados elaboraram uma nota técnica sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019, produzido pelo Executivo, em que dizem que a previsão para o salário mínimo no ano que vem deve passar de R\$ 1.002 (na proposta do governo) para R\$ 998.

O motivo para a redução é a menor inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ao calcular o mínimo na PLDO, o Executivo usou a estimativa de 3,8% de INPC para 2018. O valor estava no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre. No relatório do 2º bimestre de 2018, no entanto, o Executivo reduziu a estimativa de INPC de 2018 para 3,3%.

De acordo com a lei em vigor, lembram os técnicos, o cálculo do salário mínimo é baseado na variação do INPC acumulado nos

doze meses anteriores ao mês do reajuste, acrescida da variação real do PIB de dois anos anteriores (nesse caso, de 2017). A legislação prevê esse mecanismo até 2019. A partir de 2020, não há uma regra definida.

Para 2020 e 2021, o salário mínimo alcançaria R\$ 1.076,00 e R\$ 1.153,00, respectivamente, na proposta do governo.

Os técnicos afirmam ainda que a cada real de aumento no salário mínimo há um impacto fiscal de R\$ 303,9 milhões ao ano. O aumento previsto de R\$ 954 para R\$ 998 acarretaria um impacto líquido de R\$ 13,4 bilhões nas contas públicas.

A nota técnica foi elaborada de forma conjunta pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (do Senado) e pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (da Câmara).

Caso aprovado, o novo salário mínimo representaria um crescimento de 4,61% em relação a um ano antes. Ao fim de 2017, o governo havia fixado o mínimo para 2018 em R\$ 954 - um aumento de 1,81% em relação ao ano anterior.

Cortar ou tributar

Um consenso básico e bem-vindo se firmou no debate entre quatro economistas promovido no auditório da Folha, nesta terça-feira (5).

Este é o de que o rombo orçamentário do governo se mostra insustentável —e seu enfrentamento, urgente, depende da revisão das prioridades do Estado brasileiro. Assim entenderam Samuel Pessôa, colunista do jornal, Elena Landau, Eduardo Giannetti da Fonseca e Mauro Benevides Filho.

“Mais um ano perdido?”, era a questão apresentada aos palestrantes, a respeito deste 2018. O que se pode dizer, numa síntese das opiniões expressadas, é que haverá mais anos perdidos se o presidente a ser eleito em outubro não promover reformas nas contas públicas.

Quanto ao que fazer de mais imediato, há uma divergência importante, que já se manifestava nos estertores do governo Dilma Rousseff (PT) e merece discussão aprofundada na campanha ao Planalto.

Pessôa, Landau e Giannetti, de pensamento mais claramente liberal, defendem que as medidas devem se concentrar em cortes da despesa, em especial na Previdência. Benevides, assessor do presidente eleito, dá mais ênfase ao aumento de receitas,

a ser buscado com maior taxaço dos estratos abonados.

Não se trata propriamente de uma polarização ideológica: nem o auxiliar de Ciro nega a necessidade de mudar as regras das aposentadorias, nem os demais se opõem a um maior gravame do capital.

Recorde-se que a administração petista tentou recriar a CPMF —e o governo Michel Temer (MDB), que rejeitava de início a alta de impostos, acabou por recorrer mais de uma vez ao expediente.

Para esta Folha, as dimensões descabidas do déficit do Tesouro Nacional (projetado em R\$ 159 bilhões neste ano, sem contar os gastos com juros) justificam alguma alta emergencial de tributos.

Há muito se advoga aqui, ademais, que a taxaço exagerada do consumo no país, prejudicial aos pobres, dê lugar a uma carga maior sobre lucros, salários e patrimônio.

Entretanto é estreita a margem para o aumento da arrecadação pública total, que já absorve um terço da renda dos brasileiros. Esse peso excessivo, mesmo que se torne mais bem distribuído, limita a atividade econômica e onera, ao cabo, toda a sociedade.